

40 ANOS DE LITERATURAS

AFRICANAS NA FLUP

Da preia à baixa-mar?

Organização de Francisco Topa



Porto, 2017

A LITERATURA ANGOLANA NA FLUP

Francisco Topa

U. Porto / CITCEM / CEAUP

1. A unidade curricular de Literatura Angolana entrou em funcionamento no ano letivo de 2008/09 e é uma das herdeiras da cadeira de Literaturas Africanas de Expressão Portuguesa (LAEP), surgida em 1976/77 como disciplina de opção do 1.º grau¹ do curso de Filologia Românica² da FLUP. Lecionada pelo Prof. Salvato Trigo³, teve as suas atividades iniciadas – de acordo com o respetivo Livro de Sumários depositado no Arquivo – a 19 de novembro de 1976.

Dois anos depois, pelo decreto n.º 53/78, de 31 de maio, os cursos de Filologia Clássica, Românica e Germânica foram substituídos pelos de Línguas e Literaturas Clássicas e/ou Modernas, que admitiam uma série de possibilidades combinatórias das suas componentes. Na variante de Estudos Portugueses, previa-se a cadeira de LAEP no 3.º ano, ao passo que para as restantes variantes com Português a disciplina era de opção.⁴

Seis anos mais tarde, pelo decreto n.º 75/84, de 27 de novembro, é alargado em um semestre o estudo da Literatura Brasileira e das Literaturas Africanas, que passam a partilhar um dos espaços do plano curricular do 4.º ano de Estudos Portugueses. Em consequência, a área disciplinar em causa passa a ter duas cadeiras: LAEP I (anual) e LAEP II (semestral). Ambas as disciplinas continuam a ser oferecidas, como opção, aos alunos das variantes de

¹ A estrutura do curso comportava dois graus: o bacharelato, obtido com a aprovação em 15 unidades; e a licenciatura, que implicava a conclusão de outras oito. Terminado o 1.º grau, o aluno podia optar por uma especialização em Literatura ou em Linguística.

² Criado pelo decreto n.º 48627, de 12-X-1968 (*Diário da República*. I Série, pp. 1553-1556).

³ Vindo de Angola, em cuja Universidade do Lubango ministrara no ano anterior um curso de Literatura Angolana (cf. datiloscrito existente na biblioteca da FLUP: *Literatura Angolana*, cota 8/VII/280v).

⁴ Paralelamente, na variante de Português/Francês, surge a disciplina de Literaturas Africanas de Expressão Francesa. Na FLUP, a sua docência seria confiada a René Ehrentant, que iniciou o curso a 13/12/1978.

Línguas e Literaturas Modernas (LLM) com a componente de Português.

Em 1987, pela portaria n.º 850/87, de 3 de novembro, os cursos de LLM da FLUP sofrem uma alteração estrutural que prevê a existência de dois ou três ramos: educacional (destinado à formação de professores), científico (dirigido aos alunos interessados em obter a formação tradicional⁵) e, no caso das variantes com línguas estrangeiras, tradução. Perdendo o paralelismo com a Literatura Brasileira, LAEP é agora objeto de uma ostensiva secundarização:

– Na variante de Estudos Portugueses, só no ramo científico é obrigatória a frequência de pelo menos uma unidade curricular da área:

- No 3.º ano, o aluno tinha de escolher entre LAEP I, Literatura Brasileira II e Linguística Aplicada;

- No 4.º ano, a opção era entre LAEP I, LAEP II e uma nova unidade curricular intitulada Literatura Colonial Portuguesa.

– No ramo educacional de Estudos Portugueses, o estudante deixa de ser obrigado a ter contacto com as LAEP, embora possa optar, no 3.º ano, à semelhança do previsto para o ramo científico, entre LAEP I, Literatura Brasileira II e Linguística Aplicada.

– Nas restantes variantes com a componente de Português, a área passa a estar presente só no 3.º ano do ramo científico, com uma cadeira intitulada LAEP, que tem metade da carga horária habitual e que constitui alternativa juntamente com Linguística Aplicada e Literaturas Orais e Marginais.⁶

A situação seria parcialmente corrigida em 1992, através da Resolução n.º 20/PL/92 (DR, II Série, 288, de 15 de dezembro):

⁵ Verificou-se contudo, em particular nos primeiros anos de funcionamento do modelo, que este ramo tendia a ser frequentado pelos estudantes que não conseguiam obter colocação nos outros ramos, cujas vagas eram limitadas.

⁶ A título de curiosidade, é de referir que a variante de Estudos Portugueses e Franceses contemplava, no 4.º ano do ramo científico, uma cadeira de 2h de Literaturas Africanas de Expressão Francesa, em alternativa com Literaturas Americanas de Expressão Francesa e Psicolinguística, Correntes Modernas da Linguística e Sociolinguística. Essa disciplina, que seria mantida na reforma de 1992, foi lecionada pela Dr.ª Maria do Rosário Pontes e, mais tarde, pelo Doutor Serge Abramovici. Em versões posteriores da grelha curricular de Estudos Franceses, esta área disciplinar passou a estar representada em unidades curriculares como Literaturas Francófonas e Da França Colonial à França Multicultural, lecionadas, entre outros, pelos Profs. José Domingues de Almeida e Cristina Marinho. Por razões que desconheço, não tem havido equivalente do lado dos Estudos Alemães nem dos Estudos Ingleses.

– Na variante de Estudos Portugueses, o aluno passa a poder escolher, no 3.º ano do ramo educacional, LAEP I, em alternativa com Literatura Brasileira II, Sociolinguística, Psicolinguística, Correntes Modernas da Linguística e Linguística Aplicada. Em contrapartida, no 3.º ano do ramo científico, são introduzidas mais disciplinas alternativas a LAEP I (Sociolinguística, Psicolinguística e Correntes Modernas da Linguística).

– Na variante de Estudos Portugueses e Franceses, no 3.º ano do ramo educacional, o estudante passa a poder optar entre LAEP II e Psicolinguística, Correntes Modernas da Linguística e Linguística Aplicada. No 4.º ano do ramo científico da mesma variante, uma das alternativas é agora LAEP II, que concorre com Literaturas Americanas de Expressão Francesa, Literaturas Africanas de Expressão Francesa, Psicolinguística, Correntes Modernas da Linguística, Linguística Aplicada e História do Renascimento e do Humanismo.

– Na variante de Estudos Portugueses e Alemães, pelo contrário, a cadeira alternativa de LAEP existente no 3.º ano do ramo científico passa a ter agora mais concorrentes (Literatura Brasileira II, Sociolinguística, Psicolinguística, Correntes Modernas da Linguística, Literatura Alemã II e Linguística Alemã). No 4.º ano do ramo científico, uma das alternativas passa a ser LAEP II, que tem como adversárias as disciplinas de Língua e Cultura Escandinava, Língua e Cultura Neerlandesa, Psicolinguística, Correntes Modernas da Linguística, Linguística Aplicada e História do Renascimento e do Humanismo e Alemão IV.

– Na variante de Estudos Portugueses e Ingleses, alarga-se também o número de alternativas à cadeira de LAEP prevista no 3.º ano do ramo científico (introduzindo-se Literatura Brasileira II, Sociolinguística, Psicolinguística e Correntes Modernas da Linguística). No 4.º ano do ramo científico, LAEP II passa também a ser uma disciplina alternativa, concorrendo com Literatura Norte-Americana II, Sociolinguística, Psicolinguística, Correntes Modernas da Linguística, Linguística Aplicada e História do Renascimento.

A estas variantes viria a juntar-se, em 1996, a de Estudos Portugueses e Espanhóis (DR, II série, n.º 206, de 5 de setembro), que contemplava no seu 4.º ano do ramo científico a disciplina alternativa de LAEP I, em concorrência com Literatura Hispano-Americana I e II, Estudos Galegos, Sociolinguística, Psicolinguística e Linguística Aplicada.

Cinco anos depois, ocorreu uma reforma global do curso de LLM, aprovada por despacho reitoral de 4 de julho⁷. A mais importante das alterações introduzidas foi a adoção do regime semestral para todas as disciplinas que não as de língua viva e o fim da divisão em ramos dos anos terminais do curso. O grau de licenciado voltava a ser conferido após quatro anos curriculares, mas as especializações em ensino ou tradução continuavam a ser oferecidas, sendo o respetivo estágio remetido para o nível de pós-graduação. No primeiro caso, os alunos que quisessem ser professores tinham de obter aprovação durante a licenciatura em seis disciplinas semestrais da área de educação e em dois níveis de metodologia de cada uma das línguas. Significa isto que os estudantes da variante de Estudos Portugueses que quisessem aceder a esta especialização teriam de ter aprovação em oito cadeiras desse tipo, ao passo que os das restantes variantes teriam de obter aproveitamento em dez. Por outro lado, a frequência destas cadeiras – diferentemente do que acontecia com todas as outras de opção – obedecia a um esquema condicionado, que se repartia entre o 2.º e o 4.º anos. Uma última alteração foi a aparente flexibilização da grelha curricular, traduzida no aumento do número de opções: 14 cadeiras semestrais em Estudos Portugueses; dez em Estudos Portugueses e Alemães, Portugueses e Espanhóis, Portugueses e Franceses, Portugueses e Ingleses e Ingleses e Alemães; e 11 em Estudos Franceses e Alemães e Franceses e Ingleses.

Na verdade, uma observação mais atenta permitia perceber que o aumento das possibilidades de opção era um tanto falacioso, dado que o seu número tendia a coincidir – ou a ultrapassar em muito pouco – com as opções obrigatórias que o aluno tinha de efetuar para ter acesso à especialização em ensino. Além disso, a distribuição desses espaços respeitava os condicionalismos que rodeavam as “opções” da área da educação e das metodologias. Atendendo à procura que ainda se verificava na época pela área do ensino, esta reforma teve por consequência a diminuição da frequência de cadeiras opcionais, tanto mais que – paradoxalmente – aumentou muito a sua oferta: o Departamento de Estudos Portugueses e de Estudos Românicos (DEPER) apresentou uma lista com 118, o Departamento de Estudos Anglo-Americanos (DEAA) 17 e o Departamento de Estudos Germanísticos (DEG) 24, o que perfazia um

⁷ Aviso n.º 9506/2001 (DR, II Série, de 27 de julho). O “Regulamento do Curso de Licenciatura em Línguas e Literaturas Modernas” consta da Resolução n.º 84/2001, *ibid.*

total de 159.

Feitas estas observações, passemos ao caso das Literaturas Africanas, que sofrem uma mudança no intitulado, sendo agora designadas como Literaturas Africanas **em Língua** Portuguesa (LALP). Na variante de Estudos Portugueses, a área é obrigatória no 3.º ano, por intermédio de duas cadeiras: LALP I e II. Como opções, foram introduzidas as unidades de LALP III e IV, Culturas Africanas em Língua Portuguesa I e II e Literatura Colonial Africana em Língua Portuguesa I e II.⁸ Nas restantes variantes com a componente de Português, os espaços curriculares de opção existentes nos 2.º, 3.º e 4.º anos permitiam que o aluno frequentasse LALP I, II (e também III e IV). Acontece porém, como já disse, que essas variantes previam um número de opções correspondente às cadeiras da área da educação e das metodologias que deviam ser completadas pelos alunos que pretendessem fazer a especialização em ensino. Dito de outro modo: os futuros professores de Português que não fossem formados na variante de Estudos Portugueses concluíam a licenciatura sem poderem frequentar nenhum nível de LALP (a menos que o fizessem em regime extracurricular). Isto é tanto mais estranho quanto nos anos anteriores a área das literaturas africanas – ou alguns dos seus autores e dos seus textos – tinha vindo a obter alguma presença nos programas e nos manuais de Português dos ensinos básico e secundário.

Em 2004, nova reforma curricular criou uma série de variantes no curso de Línguas e Literaturas Modernas, que teriam um curtíssimo período de vida: Português – Língua, Literatura e Cultura; Língua e Cultura Portuguesa (Ensino de Português Língua Estrangeira); Estudos Alemães; Estudos Anglo-Americanos; e Estudos Franceses. O contacto obrigatório com as literaturas africanas estava limitado às duas primeiras variantes e tinha a duração de um semestre. Estranhamente a designação da disciplina voltava à forma original de Literaturas Africanas **de Expressão** Portuguesa.

Três anos depois, com a adoção pelas universidades portuguesas do chamado modelo de Bolonha, a licenciatura de Línguas e Literaturas Modernas deu origem a três novos cursos⁹, agora designados como de 1.º ciclo: Ciências da Linguagem (CL), Estudos Portugueses e Lusófonos (EPL) e Línguas,

⁸ Creio contudo que nenhuma delas chegou a funcionar.

⁹ Na verdade, a estes há que juntar dois outros em que a componente literária é muito reduzida ou inexistente: Línguas Aplicadas e Línguas e Relações Internacionais.

Literaturas e Culturas (LLC). Ao contrário do que possa parecer, foram profundas as alterações que daqui decorreram: a introdução do sistema europeu de transferência de créditos levou a que as unidades curriculares passassem a ser concebidas em função do trabalho que exigem ao aluno, tornando-se este o centro do processo de ensino-aprendizagem; a compatibilidade do sistema assim desenhado estimulou fortemente a circulação – nacional e, sobretudo, internacional – dos estudantes; os cursos passaram a ter uma duração de seis semestres, reservando-se para o ciclo subsequente uma especialização, que pode ser de tipo profissionalizante (ensino e tradução) ou científico. Por outro lado, o curso de LLC – herdeiro das Línguas e Literaturas Modernas – tornou-se extremamente flexível, possibilitando a combinatória de todas as suas componentes: Estudos Alemães, Clássicos, Franceses, Ingleses e Portugueses. Além disso, nas vertentes alemã e clássica, deixou de exigir aos estudantes uma formação prévia, permitindo assim uma licenciatura em Estudos Alemães e em Estudos Clássicos ao fim de escassos três anos de estudo dessas línguas.

Como seria de esperar da redução dos cursos em dois semestres, a área das literaturas africanas ficou praticamente confinada ao curso de EPL, embora os estudantes dos outros cursos possam escolher algumas das suas cadeiras em regime de opção. São cinco as unidades curriculares de EPL enquadradas na área em causa:

– Cultura Africana, que pode ser frequentada no 1.º semestre, em alternativa com Cultura Brasileira e Perspetivas da Lusofonia. No entanto, a cadeira só funcionou duas vezes: em 2007/08, quando ainda existia uma docente – a Dr.ª Maria Cristina Pacheco – que trabalhava exclusivamente em estudos africanos; e em 2009/10, devido ao encerramento temporário de Cultura Brasileira, motivado por licença sabática.

– Temas das Literaturas Africanas de Língua Portuguesa, obrigatória para todos os alunos de EPL no 3.º semestre.

– Literatura Angolana e Literatura Moçambicana, em alternativa com Latim III, sendo esta última obrigatória para os alunos que desejem fazer o curso de 2.º ciclo em Ensino de Português e de Línguas Clássicas. Significa isto que só os restantes alunos poderão frequentar uma das duas cadeiras da área africana, que apenas uma vez funcionaram como alternativa. De facto, Literatura Moçambicana teve até hoje três edições: em 2007/08, lecionada

pela Dr.^a Maria Cristina Pacheco; em 2012/13, conduzida pela Prof.^a Maria de Lurdes Sampaio; e em 2013/14, orientada pelo Prof. Pedro Eiras. Em contrapartida, Literatura Angolana entrou em atividade em 2008/09 e manteve o seu funcionamento ininterrupto, com a exceção do ano de 2013/14, em que o docente que a tem assegurado esteve com licença sabática.

– Literatura Cabo-verdiana, que é uma cadeira de opção para os semestres de número ímpar mas que nunca teve atividade.

Seria fácil criticar a forma como a área africana está representada nesta grelha curricular, mas observações idênticas poderiam ser feitas sobre o peso de todos os outros domínios. Há contudo uma observação que não é evitável: num curso com esta designação (Estudos Portugueses e Lusófonos), não é admissível que, na prática, o estudante só possa frequentar duas disciplinas da área africana, dado que as alternativas raramente o são e nem todas as disciplinas de opção funcionam.

Falta dizer, para terminar este breve percurso pela presença das literaturas africanas nas licenciaturas da FLUP, que está em curso uma pequena mudança no *curriculum* de EPL: no 1.º semestre do curso, a *alternativa* passa a ser entre Cultura Africana, Cultura Brasileira e Bases de Análise Gramatical; Literatura Angolana ou Literatura Moçambicana passam a coincidir no 3.º semestre com Temas das Literaturas Africanas de Língua Portuguesa.

Antes de concluir, vejamos ainda os indicadores de frequência da disciplina de Literatura Angolana, de que tenho sido responsável:

- 2008/09 – 25 alunos (7 de mobilidade e 2 de opção);
- 2009/10 – 30 alunos (13 de mobilidade e 2 de opção);
- 2010/11 – 17 alunos (8 de mobilidade e 1 de opção);
- 2011/12 – 30 alunos (16 de mobilidade e 2 de opção);
- 2012/13 – 23 alunos (8 de mobilidade e 3 de opção);
- 2014/15 – 27 alunos (4 de mobilidade e 1 de opção).

A média destes seis anos de funcionamento da cadeira é de 25,3 alunos (9,3 de mobilidade e 1,8 de opção).

Vistos de fora, os números são claramente maus. Todavia, para quem conheça o funcionamento da FLUP e, sobretudo, do curso de EPL, os resultados são bastante animadores. De facto, há que ter em conta que esse curso funciona com o *numerus clausus* mínimo autorizado pelo Ministério da Edu-

cação e Ciência, isto é, 20. Além disso, nos últimos anos, não tem conseguido preencher completamente as vagas postas a concurso e tem registado uma taxa de abandono considerável¹⁰.

2. Por aquilo que acabei de expor talvez se possa concluir que o que aconteceu com as literaturas africanas na FLUP acompanha outros movimentos visíveis na sociedade portuguesa: a um certo entusiasmo – com muito de militante – que se seguiu à descolonização e que vigorou até meados da década de 80, sucedeu uma crescente indiferença, que nos últimos anos é disfarçada pela promoção de um ideal de lusofonia cujos verdadeiros interesses são sobretudo de tipo económico e que escondem com dificuldade uma ideologia neocolonial. Ao mesmo tempo que Cabo Verde ou São Tomé se foram convertendo em modestos destinos turísticos, Angola e Moçambique passaram a ser importantes destinos de exportação e de emigração portuguesa e a Guiné-Bissau se converteu numa espécie de buraco negro da nossa história e do nosso presente, verificamos que todos esses países foram apagados da nossa agenda político-social, com a exceção da chamada diplomacia económica, agora particularmente intensa.

É certo que há sinais positivos: muitas edições de autores africanos de língua portuguesa continuam a chegar às livrarias portuguesas e parte delas é produzida por empresas lusas; esses escritores são contemplados nos programas e nos manuais de Português dos ensinos básico e secundário¹¹; certa música africana, sobretudo de origem cabo-verdiana ou angolana, tem bastante aceitação em largas camadas da população nacional; telenovelas angolanas são exibidas em estações televisivas portuguesas e foi lançado há pouco, com sucesso, um produto desse género com produção luso-angolana; a *internet*, apesar das limitações que ainda tem em África, disponibiliza uma vastíssima gama de recursos que ajuda a conhecer e a acompanhar a atualidade dos PALOP.

A um outro nível, também na FLUP há outros sinais animadores para os estudos africanos: a investigação e o ensino pós-graduado cresceram signifi-

¹⁰ No ano letivo de 2014/15, na transição do 1.º para o 2.º ano, essa perda cifrou-se em 35% (levantamento feito por mim e apresentado ao Departamento de Estudos Portugueses e de Estudos Românicos).

¹¹ Objeto de recente trabalho de pós-doutoramento de Lola Xavier na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

cativamente, tendo hoje uma presença transversal na Faculdade. Para isso contribuiu a fundação, em 1997, do Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto¹² e a entrada em funcionamento, pouco tempo depois, do Mestrado em Estudos Africanos. Não sendo viável fazer de momento um levantamento exaustivo da produção científica na área, apresento de seguida uma lista com as dissertações de mestrado e as teses de doutoramento elaboradas na FLUP até 2015 sobre questões angolanas¹³:

Dissertações de mestrado sobre Angola

Na área da literatura

Frade, Ana Maria Duarte. *A corrupção no Estado pós-colonial em África: duas visões literárias*. Mestrado em Estudos Africanos. 2004.

Gonçalves, Cristina Luísa Maia. *Entre Portugal e Angola: espelhos da guerra colonial*. Mestrado em Literatura e Cultura Comparadas. 2007.

Monteiro, Domingas Henriques. *Tradições nacionais e identidades: recolha e estudo de canções festivas e de óbito kongo e ovimbundu*. Mestrado em Estudos Literários, Culturais e Interartes. 2014.

Pacheco, Maria Cristina L. S. Guimarães. *A trajectória poética de Tomaz Vieira da Cruz*. Mestrado em Literaturas Românicas Modernas e Contemporâneas. 1986.

Sá, Ana Lúcia Lopes de. *A confluência do tradicional e do moderno na obra de Uanhenga Xitu*. Mestrado em Estudos Africanos. 2004.

Em outras áreas

André, Rebeca Helena. *O ensino de História em Angola: balanço (1975-2009) e prospectiva*. Mestrado em História da Educação. 2010.

Costa, Teodora Luciano de Gouveia Leite da. *A utilização de estratégias e metodologias da animação e da mediação sociocultural na reeducação e reintegração social de menores: o caso do centro de formação integral de Kalakala*. Mestrado em Sociologia. 2013.

Dala, Rita Sebastião Barbas. *Sobre a semântica do tempo presente em Português europeu e Português de Angola*. Mestrado em Linguística. 2013.

¹² Para mais informações sobre este Centro, cf. a sua página web: <<http://www.afrikanos.eu/ceaup/>>.

¹³ A listagem foi feita a partir da base de dados da biblioteca da FLUP, pelo que poderá não estar isenta de falhas.

- Fernando, Manzambi Vuvu. *Estudo das colecções etnográficas nos museus de Angola: desconstruir o pensador Cokwe a partir do cesto de Ngombo ya cisuka*. Mestrado em Estudos Africanos. 2001.
- Ferreira, Isabel Maria da Fonseca. *África e a política da União Europeia de cooperação para o desenvolvimento: Angola no quadro da Convenção Lomé IV*. Mestrado em Estudos Africanos. 2004. 2 vols.
- Garcia, Luzolo João Sebastião. *Modificações recentes no uso do solo e na dinâmica fluvial em Luanda: a bacia hidrográfica da ribeira da Samba*. Mestrado em Sistemas de Informação Geográfica e Ordenamento do Território. 2013.
- Mazzieri, Arianna. *A eficácia da cooperação internacional para o desenvolvimento: estudo de dois projetos da ONGD Leigos para o Desenvolvimento em Angola*. Mestrado em História, Relações Internacionais e Cooperação. 2013.
- Nunes, Susana Dolores Machado. *A milenar arte da oratura angolana e moçambicana: aspectos estruturais e receptividade dos alunos portugueses ao conto africano*. Mestrado em Estudos Africanos. 2008.
- Severino, Manuel Tchimbwembwe. *O quadro da cooperação pública Angola-Portugal: uma análise na perspectiva da ciberimprensa: 2002-2009*. Mestrado em História, Relações Internacionais e Cooperação. 2009.
- Silepo, Celestina. *A formação de professores do primeiro ciclo do ensino secundário em Angola: o caso do Instituto Garcia Neto (1975-2009)*. Mestrado em História da Educação. 2010.
- Silva, Maria Madalena de Assunção Gonçalves e. *Nacionalismo e autoridades tradicionais em Angola*. Mestrado em Estudos Africanos. 2002.
- Teixeira, Jorge Fernando Silva. *Projecto de centro interpretativo da cultura kwanyama (cuanhama)*. Mestrado em História e Património. 2014.

Teses de doutoramento sobre Angola

Na área da literatura

- Beirante, Cândido. *Castro Soromenho: um escritor intervalar*. Doutoramento em Línguas e Literaturas Modernas. 1989.
- Trigo, Salvato. *Do logotetismo ao genotetismo: José Luandino Vieira, o percurso de uma escrita*. Doutoramento em Literatura de Expressão Portuguesa (Literatura africana). 1981.

Em outras áreas

- Esteves, Emanuel. *O caminho-de-ferro de Benguela e o impacto económico, social e cultural na sua zona de influência: 1902-1952*. Doutoramento em História Contemporânea. 1999. 2 vols.

Silveira, Maria Anabela Ferreira da. *Dos nacionalismos à guerra: os movimentos de libertação angolanos: de 1945 a 1965*. Doutoramento em História. 2011.

3. Concluindo, não se pode dizer que este 40.º aniversário do ensino das literaturas africanas na FLUP corresponda a um momento de júbilo. Se no início a FLUP se distinguiu das suas congéneres pelo pioneirismo, hoje diferencia-se pelo facto de não ter nenhum docente que trabalhe prioritariamente na área. Não se trata, evidentemente, de uma opção deliberada, antes se explica, em grande medida, pela conjuntura dos últimos anos, marcada pela diminuição do número de alunos e pela redução brutal da contribuição do orçamento geral do estado para o funcionamento das instituições universitárias. É possível também que a situação tenha sido influenciada por dois outros fatores: por um lado, uma certa incapacidade para a gestão de recursos humanos docentes que o modelo de organização em departamentos não alterou; por outro, um preconceito difuso em relação aos PALOP, à sua cultura e à sua literatura. Seja como for, a alternativa consiste na afirmação – interna e externa – da área, idealmente no quadro mais vasto dos estudos africanos, o que depende do trabalho dos seus docentes e dos seus estudantes.